

Notas da Prisão (III)

(Moabiter Notizen)

Erich Honecker

A campanha de vingança

A citação com que iniciarei este capítulo deverá interessar à opinião mundial preocupada com a viragem à direita na Alemanha. Ela não provém da pena de nenhum dos inúmeros *führers* nazis que actuam abertamente na Alemanha. Encontrei-a no relato resumido dos trabalhos do primeiro Fórum do Ministério Federal da Justiça, promovido pelo actual ministro do Negócios Estrangeiros, Klaus Kinkel, em 9 de Julho de 1991. Nele pode ler-se o seguinte: «*No que respeita à chamada RDA e ao seu Governo, não se tratava sequer de um Estado independente. Essa chamada RDA nunca foi reconhecida pelo direito dos Estados. Existia uma única Alemanha, parte da qual estava ocupada por um bando de criminosos. Não foi, porém, possível, por determinadas razões, proceder contra esses criminosos, mas isso não muda em nada o facto de que existia uma única Alemanha, e que evidentemente vigorava um único direito sob cuja alçada cairiam esses criminosos.*»

Estas afirmações contra a RDA, que só podem qualificar-se de monstruosas, seja do ponto de vista político, histórico, do direito internacional ou moral, não remontam à guerra-fria, altura em que a RFA aspirava a alcançar um *Reich* alemão com as fronteiras de 1937, mas foram retiradas de uma declaração publicada em 1991, sob a responsabilidade de um ministro de Bona, (o qual, aliás, nunca foi eleito para o *Bundestag*, tendo sido designado para esse posto pelo seu partido, que representa os interesses dos empresários).

Todo o mundo, todos os membros da ONU, à qual a RDA pertencia, sabem que o pleno reconhecimento da RDA como Estado soberano figurava em numerosos acordos internacionais. Será que isto escapou ao Sr. Kinkel, ele que foi chefe dos serviços secretos?

No Tratado de Moscovo, já para não falar no Tratado Fundamental entre os dois Estados alemães, dispunha-se que o Estado da RDA possuía a mesma qualidade que o da República Federal. Estipulava-se que as fronteiras entre a RFA e a RDA eram da mesma natureza que as entre os outros Estados. O Tratado de Moscovo¹ e o

¹ O Tratado de Moscovo foi assinado entre a União Soviética e a RFA, em 12 de Agosto de 1970, no Krémelin. Nele ambos os países se comprometem a manter a paz internacional e a

Tratado Fundamental,² nos quais os dois governos alemães reconheciam mutuamente a sua independência e a sua soberania nos assuntos internos e externos, foram ratificados pelo *Bundestag*. Desprezando todos estes factos, recorre-se à justiça da vingança, e é nesse contexto que se abriu o processo actual. Alguns ingénuos ainda podem pensar que só serão atingidos aqueles que ocuparam os cargos mais altos. Os cidadãos da RDA rapidamente tomarão consciência de que se trata de um processo exemplar contra todos aqueles que contribuíram para a construção do socialismo na RDA, com base nas suas próprias leis.

O objectivo da referida citação é preparar o caminho para operações de perseguição em massa. Se à cabeça da RDA se encontravam «*incitadores de assassínios*», então esse Estado tinha de ser ilícito e ilegítimo, e todos os que o apoiaram ou o serviram são culpados. O socialismo, a esquerda, todos os que queriam construí-lo, e principalmente aqueles que ainda o querem, são criminosos. Quem hoje ainda não compreende que esta declaração de guerra não se dirige unicamente aos acusados, mas é contra todos aqueles que defenderam e ainda defendem uma alternativa à sociedade capitalista da RFA, arrisca-se a ter, em breve, um despertar doloroso.

A criminalização do Estado da RDA é também um anátema social contra a massa dos cidadãos da RDA. Quem colaborou na construção de um «*Estado de não-direito*», seja operário, camponês, professor ou artista, terá de suportar o ónus da expulsão da administração pública, das escolas, laboratórios, teatros, óperas, etc., «*por proximidade ao Estado*», e engrossará o exército de milhões de desempregados.

Pode fazer-se o que se entender com a tese do «*Estado de não-direito*». Utilizá-la tanto para organizar o desmantelamento sistemático das conquistas sociais como para perseguir todas as forças de esquerda e democráticas. Um representante típico da Inquisição medieval, o pastor Gauck,³ tem o poder de dividir um povo inteiro em «*agressores*» e «*vítimas*».

apoiar o processo de desanuviamento, com o objectivo de normalizar a situação na Europa. Em especial, declara-se inviolável a linha Oder-Neisse como fronteira ocidental da República Popular da Polónia e a fronteira entre a RDA e a RFA. O Tratado foi assinado pelo chanceler Willy Brandt e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Walter Scheel, pela RFA, e pelo primeiro-ministro, Alexei Kossíguine, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromiko, pela URSS.

² Designa-se por Tratado Fundamental o «*Tratado sobre os princípios das relações entre a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã*». Foi assinado a 21 de Dezembro de 1972. Antes da assinatura dos tratados, Egon Bahr entregou a «*Carta sobre a Unificação Alemã*» na qual se afirma que o tratado «*não se encontra em contradição com o objectivo político da República Federal da Alemanha de contribuir para uma situação de paz para a Europa, na qual o povo alemão alcance de novo a sua unificação por livre escolha.*»

³ O pastor Joachim Gauck, nascido em Rostock, foi eleito, em 2 de Outubro de 1990, pelo Parlamento da RDA (*Volkskammer*), Comissário Especial para a documentação relativa a civis do antigo Serviço de Segurança do Estado da RDA. No dia seguinte, o Presidente da República Federal Alemã, Richard von Weizäcker, e o chanceler Helmut Kohl confirmaram a sua nomeação para o cargo de Comissário Especial do Governo Federal para a documentação relativa a civis do antigo Serviço de Segurança do Estado da RDA. Com a aprovação da «*Lei da Documentação da Stasi*», em Dezembro de 1991, mudou de novo a designação deste departamento, e Gauck passou a ser Comissário Federal para a

Não terá a Comissão dos Direitos Humanos da ONU nada a dizer sobre esta perseguição em massa, que degenera em terror de Estado?

Acreditarão Kohl e Kinkel que não surgirá com o tempo uma resistência organizada contra esta campanha de opressão política? Ou terão já em vista a instauração de uma ditadura fascista?

Enquanto todas estas questões me invadem na minha cela em Moabit, tenho de me concentrar no desenrolar do processo, tanto quanto as forças mo permitam. Neste processo em Berlim contra comunistas (eu próprio, Heinz Kessler,⁴ Fritz Streletz⁵ e Hans Albrecht⁶), o Ministério Público da RFA, no seu acto de acusação, esforça-se por retirar do espaço e do tempo a actividade do Conselho de Defesa Nacional da RDA.

A concentração massiva de sistemas de armamento do Pacto de Varsóvia e da NATO no centro da Europa exigiam uma atenção permanente de ambas as partes. Uma coincidência de infelizes acasos poderia despoletar um conflito capaz de desencadear a III Guerra Mundial. Para se compreender isto basta consultar os relatórios dos comandos da NATO e do Pacto de Varsóvia sobre esta questão.

No decurso dos últimos 35 anos pairou demasiadas vezes a ameaça de um inferno nuclear sobre a Europa. Tal conflito teria posto em causa as possibilidades de sobrevivência da humanidade na Terra. Graças a uma política activa de razão e boa vontade, os órgãos da RDA deram um grande contributo para afastar esse perigo. Não só os cidadãos da RDA, mas também os da RFA, agradecem os seus dias de paz à acção da RDA no seio da aliança do Pacto de Varsóvia. Quanto tempo durará esta paz? Isso hoje já não é tão claro. São cada vez mais fortes as pressões na Grande Alemanha a favor do envio de soldados alemães para qualquer parte no

Documentação do Serviço de Segurança de Estado da antiga RDA (*BStU*). Este departamento, polémico na opinião pública, com dois mil funcionários e um orçamento de 100 milhões de euros, foi apelidado de «*Departamento Gauck*», nome do seu dirigente máximo que se manteve no cargo até ao ano 2000, sendo então sucedido por Marianne Birthler. [Joachim Gauck é o actual Presidente da Alemanha, tendo tomado posse em 18 de Março de 2012 (*N. Ed.*)].

⁴ Heinz Kessler (1920), general do Exército da RDA e ministro da Defesa Nacional. Filho de comunistas (o pai foi enviado para um campo de concentração, a mãe para a cadeia), desertou em 1941 para o Exército Vermelho e em 1945 participou na libertação de Berlim como oficial do Exército Vermelho. Em 1946 tornou-se membro do CC do PSUA. Em 1990 foi expulso do PDS. Julgado com Honecker, foi condenado, em 1993, a sete anos e meio de prisão, sendo libertado na Primavera de 1998. Em 2009 entrou para o DKP. (*NT*)

⁵ Fritz Streletz (1926), adjunto do ministro da Defesa da RDA, entrou para o PSUA em 1948, a cujo CC pertenceu de 1981 a 1989. Foi condenado a cinco anos e seis meses de cadeia. (*NT*)

⁶ Hans Albrecht (1919), membro do Conselho de Defesa da RDA. Expulso do PSUA logo a 3 de Dezembro de 1989, foi preso por abuso de poder e corrupção ainda pelas autoridades da RDA. Depois da unificação foi condenado, em Outubro de 1992, a dois anos de cadeia por abuso de poder. Na altura da sentença já tinha cumprido grande parte da pena em prisão preventiva. Dado esse facto e ao seu estado de saúde não cumpriu o resto da pena. Em Setembro de 1993 foi de novo condenado a quatro anos e meio por homicídio involuntário, no chamado «*Processo do Muro*», pena que foi agravada para cinco anos, em Julho de 1994. A defesa recorreu para o Tribunal Constitucional que indeferiu o pedido em Novembro de 1996, sendo imediatamente detido para cumprir a pena restante numa cadeia berlinense. (*NT*)

mundo, e mesmo a direcção do SPD contribuí para a remoção de obstáculos a estas intervenções.

Dado que Berlim desempenha um papel importante na vida política alemã, parece-me apropriado chamar a atenção para o facto de que, em termos históricos, Berlim Ocidental beneficiou, e não em pouca medida, da política de paz do Pacto de Varsóvia.

O Tratado de Moscovo entre a RFA e a URSS, o Acordo de Varsóvia,⁷ o Acordo de Praga,⁸ o Acordo Quadripartido sobre Berlim,⁹ assim como o Tratado Fundamental entre a RDA e a RFA beneficiaram Berlim Ocidental, ocupada pelas três potências ocidentais: EUA, Inglaterra e França.

Estes passos das quatro grandes potências, da RDA e da RFA, assim como de outros Estados foram decisivos para que a Europa e o mundo passassem da confrontação para um período de cooperação. Não se deve esquecer que a assinatura destes acordos teve lugar sob a vigência das medidas de segurança adoptadas em 13 de Agosto de 1961.¹⁰

O sistema de tratados assinados em 1971/1972 abriu caminho para a Conferência de Helsínquia. Leonid Bréjnev e Willy Brandt estiveram na origem deste processo. Em todos os países, forças de direita esforçaram-se por dificultá-lo. O próprio presidente dos EUA, Gerald Ford, conforme me contou nos nossos encontros em Helsínquia, teve dificuldades em aceitá-lo.

Se hoje recordarmos esses acontecimentos, temos de reconhecer que a crise de Berlim foi aliviada pela decisão do Pacto de Varsóvia de 1961.¹¹ Sem esta decisão o

⁷ O Acordo de Varsóvia («*Acordo entre a República Federal da Alemanha e a República Popular da Polónia sobre os Princípios da Normalização das suas Relações Mútuas*») foi assinado a 7 de Dezembro de 1970. As partes confirmaram a linha Oder-Neisse, decidida na Conferência de Potsdam entre as potências vencedoras, como a fronteira ocidental factual da Polónia. Ambos os países reforçaram a inviolabilidade das suas fronteiras e comprometeram-se a não fazer reivindicações territoriais

⁸ O Acordo de Praga («*Acordo sobre as Relações Mútuas entre a República Federal da Alemanha e a República Socialista da Checoslováquia*») foi assinado em 11 de Dezembro de 1973. O texto declara a anulação do Acordo de Munique de 1938 sobre a cedência da região dos Sudetas. Aspectos problemáticos como a questão da reparação e dos direitos dos deslocados alemães não foram tratados. A RFA e a Checoslováquia iniciaram no mesmo dia relações diplomáticas.

⁹ O Acordo Quadripartido sobre Berlim foi assinado em 3 de Setembro de 1971 entre as quatro potências ocupantes: EUA, Grã-Bretanha, França e a URSS. Foi o primeiro acordo governamental dos antigos Aliados desde o início da guerra-fria. O Acordo Quadripartido foi a condição para o Acordo de Trânsito, assinado a 17 e 21 de Dezembro de 1971, assim como para o Tratado Fundamental, assinado em 21 de Dezembro de 1972. Com o Acordo de Berlim, a União Soviética alcançou o reconhecimento de facto da RDA pelas potências ocidentais e pela RFA, e, pelo seu lado, reconheceu a estreita relação de Berlim Ocidental com a República Federal.

¹⁰ «*As medidas de segurança de 13 de Agosto de 1961*» referem-se à data do início da construção do Muro de Berlim, oficialmente designado de Muro de Defesa Antifascista. (NT)

¹¹ Ao contrário da ideia, conscientemente difundida, de que Berlim, e em especial Ulbricht, foi o responsável pela «construção do Muro», são factos históricos que *a*) a decisão assim como a definição do regime de fronteira foram decididas em Moscovo e *b*) a União Soviética, até aos anos 80, tomava sozinha todas as decisões fundamentais sobre esta linha de defesa ocidental.

clima na Europa não teria melhorado, mas sim piorado. O conflito fronteiriço entre a RDA e a RFA poderia transformar-se num incêndio de proporções até aí desconhecidas. A decisão do Pacto de Varsóvia de assegurar um controlo fiável na fronteira entre a RDA e Berlim Ocidental conduziu a um repensar da política mundial.

O sistema europeu de tratados foi a expressão dessa evolução. Tornou claro que a paz só pode ser assegurada através da cooperação entre Estados com sistemas sociais diferentes.

As medidas de Agosto de 1961 foram precedidas de grandes confrontações entre a URSS e os EUA. De 1958 a 1961, o chefe do governo soviético, Nikita Khruchov, procurou concretizar a sua proposta de um Tratado de Paz com a Alemanha e, caso isto não fosse possível, a transformação de Berlim Ocidental numa cidade livre. E isto ainda no decurso de 1961.

Tudo isto provocou um grande nervosismo, devido às reacções negativas das potências ocidentais, não só nos gabinetes governamentais, mas também nos estados-maiores. N.S. Khruchov e John F. Kennedy encontraram-se então em Viena.¹² Tudo ficou no fio da navalha, porque deste encontro entre os representantes das duas superpotências não saiu nenhum resultado.

O mundo caminhava para a decisão que seria tomada pelo Pacto de Varsóvia, durante a sua reunião no Krémelin, a 5 de Agosto de 1961. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, A. Gromiko, escreveu o seguinte nas suas memórias: *Depois de as potências ocidentais não terem mostrado nenhuma disposição para resolver a questão alemã com a União Soviética (isto porque Adenauer preferia manter o poder a ter uma Alemanha unificada), e depois de as potências ocidentais terem respondido às propostas de paz da URSS com mais armamento, a direcção soviética considerou necessário garantir de forma segura a fronteira da RDA com Berlim Ocidental, para proteger a comunidade socialista de danos maiores.*

As medidas tomadas na noite de 12 para 13 de Agosto de 1961, continua Gromiko, corresponderam à proposta da União Soviética em conformidade com a decisão de 5 de Agosto de 1961.

As medidas [a construção do muro] foram executadas sob a direcção do marechal da União Soviética, Ivan Kóniev, que também ordenou a Heinz Hoffmann, ministro da Defesa da RDA, a instalação de campos de minas suplementares com o objectivo de reforçar a segurança da fronteira ocidental.

¹² O presidente norte-americano, John F. Kennedy, e o líder da PCUS, N.S. Khruchov, encontraram-se pela primeira vez em 3 e 4 Junho de 1961. Nesta cimeira em Viena, ambas as partes concordaram em respeitar as respectivas esferas de influência. Não se alcançou uma regulamentação sobre Berlim Ocidental. A RDA pretendia que o tráfego aéreo de e para Berlim Ocidental fosse efectuado unicamente através do aeroporto de Schönefeld [na RDA]. Pretendia-se desta forma estancar a fuga de cidadãos da República através de Berlim Ocidental. Devido à rejeição desta proposta, Khruchov decidiu vedar o acesso a Berlim Ocidental, construindo um muro à volta de metade da cidade.

Tudo isto se realizou de acordo com o Tratado de Aliança entre a União Soviética e a RDA,¹³ válido até 2005, e com os planos operacionais elaborados pelo Comando Supremo do Pacto de Varsóvia.

Quero deixar claro que a divisão da Alemanha em quatro zonas, a atribuição da região a Leste do Oder e do Neisse à soberania polaca, a fronteira entre a RDA e a RFA, assim como entre a RDA e Berlim Ocidental, foram consequências da II Guerra Mundial. Tudo isto constituiu «*a responsabilidade sobre a Alemanha no seu conjunto*», assumida pela URSS juntamente com as outras potências vencedoras. A RDA, neste contexto, cumpriu as suas obrigações com os seus aliados, exactamente como a RFA cumpriu as suas em relação à NATO.

Kohl e as relações com Bona

Com a saída de Helmut Schmidt e a tomada de posse de Kohl¹⁴ no cargo de chanceler federal surgiu uma nova situação nas relações inter-alemãs. Com efeito, a CDU, sob a direcção de Kohl, havia tentado obstaculizar todos os passos conducentes a uma normalização das relações entre a RFA e a RDA.

Penso em Willy Brandt, Helmut Schmidt, Herbert Wehner e Egon Bahr, que quebraram o gelo e contribuíram para a criação de condições para a assinatura do Tratado Fundamental entre a RDA e a RFA e para a entrada da RDA e da RFA na ONU como membros de pleno direito. Estes passos constituíram uma mudança na política europeia, no sentido da passagem da confrontação para a cooperação, apesar de a confrontação ter continuado a acompanhar a cooperação.

Neste período, a CDU de Kohl e a CSU de Strauss opuseram-se tenazmente à política de normalização. Chegou-se à inesperada demissão de Willy Brandt¹⁵ do cargo de chanceler, provocada pelo caso Guillaume, um erro indesculpável dos serviços secretos da RDA.

¹³ O «*Tratado sobre as Relações entre a República Democrática Alemã e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*» foi assinado em 20 de Setembro de 1955. No seu artigo 6.º estipula-se: «*O Tratado será válido até ao restabelecimento da unificação da Alemanha enquanto Estado democrático e amante da paz ou até que ambas as partes contratantes concordem com a modificação ou revogação deste Tratado*».

¹⁴ O chanceler federal Helmut Schmidt (SPD) foi derrubado em 1 de Outubro de 1982 por uma moção de censura construtiva, aprovada com os votos da CDU e da CSU e da maioria do grupo parlamentar do FDP, que governava em coligação com o SPD desde 1969. Helmut Kohl (CDU – União Democrata Cristã) sucedeu-lhe, tendo governado ininterruptamente até 1998.

¹⁵ Willy Brandt (1913-1992) foi o quarto chanceler da RFA e o primeiro do SPD. Recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1971 pela sua política de desanuviamento em relação ao Leste. Dirigiu o SPD de 1964 a 1987. Demitiu-se a 6 de Maio de 1974. A razão directa foi o desmascaramento como agente da RDA de Günter Guillaume, um dos colaboradores mais próximos de Brandt, responsável pelos assuntos do partido. Com a sua demissão, Brandt assumiu a responsabilidade pelas negligências no governo federal. O caso Guillaume, porém, é considerado mais como o propulsor do que a verdadeira causa da demissão de Brandt. Sinais de cansaço político de Brandt aliavam-se a expectativas exageradas para o seu segundo mandato governamental.

Só a Conferência de Helsínquia abriu o caminho à cooperação com o governo da RFA, também graças ao meu encontro com Helmut Schmidt, que o levou a visitar a RDA.¹⁶

A visita decorreu de forma positiva, apesar de no final ter sido ofuscada pela inesperada declaração do estado de sítio na Polónia por Wojciech Jaruzelski.

Depois, algum tempo mais tarde, quando pareciam abrir-se perspectivas para as relações inter-alemãs, Helmut Schmidt demitiu-se abruptamente e deu-se a ruptura da coligação social-liberal. Helmut Schmidt telefonou-me previamente para me informar das suas intenções. Expressei-lhe o meu pesar pela sua demissão iminente e agradei-lhe o bom trabalho de cooperação realizado.

E tínhamos agora Kohl como chanceler. Nenhum de nós sabia como seriam no futuro as relações entre a RFA e a RDA. O homem que tinha sistematicamente assumido posições contra qualquer melhoria das relações com a RDA, dirigente anos a fio da oposição no *Bundestag*, era agora chanceler.

Na sua declaração política na tomada de posse do governo, Kohl pronunciou-se a favor da prossecução da aplicação dos tratados com o Leste, o que deu alguma esperança ao aprofundamento das relações entre os dois Estados alemães. Esta era uma questão importante nessa época para reduzir o nível de confrontação e valorizar a cooperação entre Estados com sistemas sociais diferentes. O nosso objectivo principal era estabelecer relações normais entre os dois Estados alemães, o socialista e o capitalista, no interesse dos seus cidadãos e no interesse da paz.

O telefone que fora utilizado a última vez por Helmut Schmidt, um dia voltou a tocar na minha casa. Perguntaram-me se e quando estaria disposto a falar com o chanceler Helmut Kohl. Naturalmente que estava disponível. Iniciou-se então o contacto telefónico entre mim e Kohl.

Tratou-se da prossecução das relações entre a RDA e a RFA, depois da mudança de governo em Bona e de propostas sobre possíveis encontros. Tudo o que se discutiu nessa ocasião figura nas respectivas actas.

O encontro proporcionou-se numa triste ocasião: o funeral de K. Tchernenko. Encontramo-nos a 12 de Março de 1985, numa casa de recepções nos Montes Lénine em Moscovo. Este encontro, que decorreu numa atmosfera aberta, foi especialmente importante porque nos permitiu tomar decisões de princípio. O chanceler Kohl esforçou-se visivelmente para criar uma boa atmosfera para a visita que eu projectava fazer a Bona, que se veio a realizar em 1987. Trataram-se de questões da paz, tudo na base da existência de dois Estados alemães soberanos, da observância da sua integridade territorial e independência.

O conselheiro para a política externa de Kohl, Teltschik, e o meu secretário de Estado, Hermann, prepararam a declaração final. Expressámos firmemente a nossa vontade de que, no futuro, só a paz saísse de solo alemão.¹⁷

Enquanto a declaração era preparada, Kohl e eu conversámos sobre a resistência alemã a Hitler, sobre os irmãos Scholl¹⁸ e outros. A minha visita oficial à RFA era um assunto importante. Acordámos uma data.

¹⁶ Helmut Schmidt, sucessor de Willy Brandt, visitou a RDA em 12 de Dezembro de 1981.

¹⁷ Alude-se a uma citação recorrente especialmente na esquerda alemã: «*Nunca mais deverá sair uma guerra de solo alemão*», que alguns atribuem a Willy Brandt, mas tudo indica ter tido origem na RDA. (NT)

Para mim era uma questão de honra devolver a visita efectuada por Helmut Schmidt à RDA. Evidentemente que também havia a necessidade de melhorar o mais possível as relações entre a RFA e a RDA. Como se sabe um dos resultados deste encontro foi o alargamento das possibilidades de circulação entre a RDA e a RFA e Berlim Ocidental.

Mais tarde ainda mantive encontros com dirigentes do SPD.

Os governos de ambos os países confirmaram a data para a minha visita oficial.

A este propósito devo referir o seguinte. Depois das conversações com a direcção da CDU e do SPD, a minha visita à RFA dever-se-ia ter realizado em 1984. Mas entretanto apareceu no *Pravda* um violento artigo intitulado «*No caminho errado*». Era um texto contra a visita, assim foi interpretado pela opinião pública mundial.

Telefonei ao secretário-geral Tchernenko, que se encontrava de férias. Combinámos um encontro em Moscovo, que se realizou no Krémelin. Participaram nesse encontro os camaradas Axen, Hager, Honecker e Mielke pela RDA e Tchernenko, Gorbachov, Ustinov, Tchebrikov, Russakov e Gritchenko pelos soviéticos.

Fundamentei amplamente o facto de considerar esse artigo calunioso para a RDA. Todos os presentes falaram. Gorbachov concluiu pela parte soviética. Explicou porque a visita não se devia realizar.

Respondi que não podíamos resolver aquela questão naquele momento e que a decisão seria tomada em Berlim. Os resultados deste encontro são conhecidos. A visita à RFA não se realizou na altura prevista, mas sim três anos mais tarde.

Em Setembro de 1987, a recepção em Bona foi amistosa. Pela primeira vez soou o hino da RDA em Bona, rendeu-se a conveniente homenagem à sua bandeira. Ao contrário dos nossos encontros a sós, pelo seu conteúdo e forma, os discursos de Kohl nas recepções oficiais foram grosseiros. Numa das recepções oficiais respondi a isto, como é sabido, incluindo no meu discurso a seguinte passagem: «*Socialismo e capitalismo são tão pouco susceptíveis de se misturar como o fogo e a água*».

Não obstante, passado todo este tempo, devo dizer que as negociações foram marcadas pela vontade real de alcançar resultados concretos. E também foram positivamente avaliadas pelos meios de comunicação da RFA.

Mas estes encontros mostraram também que os discursos que se faziam em Moscovo sobre o fim da existência de dois Estados tinham um certo eco. A leitura das actas permitirá concluir como decorreram os encontros. Cada um faça o seu juízo.

Ainda uma pequena nota, que talvez seja interessante para muitos. Em 1988, o chanceler Kohl fez uma visita não oficial à RDA, de Weimar a Dresden. A imprensa cumpriu a sua palavra e não divulgou qualquer notícia sobre a viagem.

¹⁸ Os irmãos Hans e Sophie Scholl eram membros do grupo estudantil «*Rosa Branca*» de Munique. Este grupo era activo na resistência ao nazismo, distribuindo panfletos contra a guerra e a ditadura hitleriana. Denunciados à *Gestapo* pelo porteiro da Universidade de Munique, Jakob Schmidt, foram presos a 18 de Fevereiro de 1943, condenados à morte, a 22 de Fevereiro, e guilhotinados no próprio dia. (NT)

A propósito da coexistência pacífica

Hoje gasta-se muito tempo e papel a tentar demonstrar que foi a política de coexistência pacífica de Estados com diferentes sistemas sociais que causou a morte da URSS e do Pacto de Varsóvia. Este ponto de vista não é de forma nenhuma sustentável. Desde a Revolução de Outubro que não havia alternativa à política da coexistência pacífica. Outra coisa é o próprio conceito só ter sido introduzido mais tarde na vida política e científica. É sabido que a Índia introduziu este conceito na diplomacia ao formular os cinco pontos da coexistência pacífica na Conferência de Bandung.¹⁹ Mas já antes, imediatamente depois da vitória da Revolução de Outubro em 1917, os bolcheviques confrontaram-se com a questão de como se poderia avançar, mantendo-se a existência de Estados com diferentes sistemas, capitalistas e socialistas.

Lénine, que manifestou sérias dúvidas sobre a existência da Rússia Soviética e o futuro do socialismo, caso não se concretizasse a revolução socialista na Alemanha e noutros países, depois de um estudo minucioso, demonstrou que se podia garantir a segurança do poder soviético, mantendo-se os países capitalistas no Ocidente.

Um momento em que esta questão veio a lume foi na discussão do CC do partido russo sobre as negociações de paz de Brest-Litovsk.²⁰ É sabido que Lénine se pronunciou pela assinatura imediata de um tratado de paz no interesse da consolidação do poder soviético. Trótski, chefe da delegação, propunha a interrupção das negociações enquanto o governo imperial alemão mantivesse a sua atitude expansionista. O apoio do CC a Trótski conduziu a uma perda de vastos territórios, à entrega de grande parte da Ucrânia e do Cáucaso ao conquistador

¹⁹ Designava-se Estados Bandung a organização informal de Estados africanos e asiáticos que tinham como objectivo o fim do colonialismo, a luta contra a discriminação racial e a cooperação cultural e económica. Depois das conferências preparatórias em Colombo e Bogor, em 1954, realizou-se a primeira conferência afro-asiática, de 18 a 24 de Abril de 1955, em Bandung, Indonésia. Participaram 23 países asiáticos e seis países africanos, que em conjunto representavam mais de metade da população mundial. Os Estados participantes nesta conferência utilizaram pela primeira vez oficialmente a designação Terceiro Mundo, sinónimo de Movimento dos Não-Alinhados para se diferenciarem do Primeiro (Bloco Ocidental) e do Segundo Mundo (Bloco Leste).

²⁰ O Tratado de Paz de Brest-Litovsk, entre a Rússia Soviética e o Império Alemão e seus aliados, foi assinado a 3 de Março de 1918, depois de longas negociações, naquela cidade da Bielorrússia. A Rússia Soviética retirou-se assim da I Guerra Mundial. No Tratado, o Comando Supremo do Exército Alemão conseguiu impor as suas pretensões sobre a nova divisão dos antigos territórios russos. O governo bolchevique assinou o Tratado sob protesto, porque receava colocar em risco o destino da Revolução de Outubro. A Rússia Soviética desistiu dos seus direitos de soberania sobre a Polónia, a Lituânia e Curlândia. A Estónia, a Livónia assim como quase toda a região da Bielorrússia (a Ocidente do Dniepr) mantiveram-se sob ocupação alemã. A Ucrânia e a Finlândia foram reconhecidas como Estados independentes. Com este Tratado, a Rússia perdeu 26 por cento do seu território europeu, 27 por cento da sua terra arável, 26 por cento da sua rede ferroviária, 33 por cento da sua indústria têxtil e do aço, assim como 73 por cento das minas de carvão. O território cedido abrangia uma extensão de 1,42 milhões de Km², no qual viviam cerca de 60 milhões de pessoas, mais de um terço do total da população do antigo império russo. Por isso, o convénio foi apelidado na Rússia e mais tarde na RDA como «Tratado de Paz de Rapina de Brest-Litovsk».

Guilherme II.²¹ Este processo só terminou quando Lénine ameaçou demitir-se do CC se não se retomassem imediatamente as negociações de paz com a Alemanha imperial. Na verdade, Lénine não partia do princípio de que a coexistência de Estados com ordens sociais diferentes se processaria de forma serena, sem dificuldades. Mas para ele era claro – e defendeu esta posição até à sua morte em 1924 – que uma coexistência pacífica era possível tendo em conta as contradições patentes. O que ocorreu neste período, nomeadamente o Tratado de Rapallo,²² confirmou a justeza deste ponto de vista.

Logo na minha estadia em Moscovo e noutras regiões da União Soviética, em 1930/31, formei a firme convicção de que não havia nada de mais sagrado para a direcção do Partido e do Estado soviético do que a preservação da paz para prosseguir a construção do socialismo. Por isso a URSS recusava a exportação da revolução. Só refiro isto para sublinhar que a política da coexistência pacífica, mais tarde formulada por Khruchov, era já desde há muito um elemento fundamental da política externa soviética. Tchichérine²³ assim como mais tarde Litvínov,²⁴ definiam a luta pela paz e a cooperação pacífica entre Estados com diferentes ordens sociais como o conteúdo principal da política externa soviética. Não existem dúvidas de que esta também foi a política da direcção soviética sob Stáline. Esta foi uma das bases para a crescente importância da União Soviética no decurso dos 75 anos da existência do Estado soviético.

É sabido que os mesmos princípios guiaram a política externa da RDA desde a sua fundação. Simplesmente não teria sido possível outra política que não fosse a da coexistência pacífica entre Estados com sistemas diferentes. A RDA tinha recebido um lugar determinado na Europa, em resultado da II Guerra Mundial e da evolução no pós-guerra. Desde a sua criação, teve de se afirmar contra a pretensão da RFA de representar toda a Alemanha, e contra os seus ataques permanentes à ordem interna da RDA. Pôde fazê-lo com êxito enquanto a União Soviética esteve disposta a apoiar esta política.

A RDA era fiel às suas alianças e fiável na sua política. A aspiração da RFA a reconstituir a Alemanha nas suas fronteiras de 1937 alimentou durante décadas o revanchismo e contribuiu continuamente para a confrontação. Quando hoje se negocia sobre questões europeias, a RDA continua presente, não obstante o seu desaparecimento.

²¹ Guilherme II (1859-1941) último Imperador alemão e rei da Prússia de 1888 a 1918. (NT)

²² À margem da Conferência Económica Mundial em Génova, a Alemanha e a Federação Russa (mais tarde o núcleo da URSS fundada em 1922), ambas isoladas internacionalmente, assinaram a 16 de Abril de 1922 um acordo. Ambos os Estados reataram as suas relações diplomáticas e económicas, de acordo com o princípio do maior favorecimento. Isto foi para o império alemão um ponto importantíssimo, porque os seus produtos eram boicotados pelos antigos adversários na Europa Ocidental. Ambos os Estados abdicaram de reparações de guerra e a Alemanha abdicou ainda dos bens alemães nacionalizados na sequência da Revolução. O acordo foi assinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Walther Rathenau, e pelo seu homólogo russo Gueórgui Tchichérine.

²³ Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros da URSS de 1918 a 1930. (NT)

²⁴ Sucessor de Tchichérine até 1939. (NT)

O reconhecimento da linha Oder-Neisse não teria sido possível sem a política da RDA, que conduziu ao Tratado de Görlitz.²⁵ Sim, até mesmo a fronteira entre a RFA e a Polónia no Mar Báltico não teria sido possível sem o respectivo acordo entre a RDA e a República Popular da Polónia. A Polónia teria todos os motivos para expressar a sua consideração quer pela política interna, quer pela política externa da RDA. Para nós, comunistas, depois de 1945, também não foi fácil reconhecer que Hitler, com o seu belicismo e a sua guerra de rapina e de extermínio, tinha provocado a perda das regiões situadas a Leste do Oder e do Neisse. Também nós, com a nossa posição, tivemos de contar com a incompreensão dos eleitores, entre eles 4,3 milhões de deslocados.

A RDA, através da sua aliança com a União Soviética, com a Polónia, e a República Socialista da Checoslováquia, estava incorporada no Pacto de Varsóvia. Isto tinha uma grande importância para a defesa da paz. A RDA esteve sempre disposta a cumprir com as suas obrigações de Estado signatário do pacto de Varsóvia. Situada no centro da Europa, considerava-se um aliado estratégico da URSS e fez tudo para ser uma segunda pátria para as forças armadas soviéticas e os seus membros.

²⁵ O Tratado de Görlitz sobre a fronteira entre a República Democrática Alemã e a Polónia foi assinado, a 6 de Junho de 1950, por representantes de ambos os Estados em Zgorzelec, a parte agora polaca de Görlitz.